



MARÇO
2018 // Nº 01

Informativo Sinduscon-PR

Perspectivas para a indústria da construção é o tema da primeira Reunião do Sinduscon-PR

na página 03

Obra segura! Seconci-PR oferece visitas de orientação no canteiro de obras

na página 08



Expediente

Diretoria Executiva Gestão 2017/2019

Presidente

Sérgio Luiz Crema
(Amerc Construções Cívicas Ltda)

1º Vice - presidente

Rodrigo José Zerbeto Assis
(Construtora Atenas)

1º Vice - presidente Administrativo

Mayra Andrea Doria Mattana
(Doria Construções Cívicas Ltda)

2º Vice - presidente Administrativo

Alvaro Fernandes Coelho
(Plaenge Empreendimentos)

1º Vice - presidente Financeiro

Tiago Colaço Guetter
(Construtora Guetter Ltda)

2º Vice - presidente Financeiro

Carlos Augusto Emery Cade
(Oros Engenharia Ltda)

VICE - PRESIDENTES DE ÁREAS TÉCNICAS

Política e Relações do Trabalho

Wladimir Mazzolla Moraes
(Lavitta Engenharia Civil Ltda)

Responsabilidade Social

Jociana Niespodzinski
(Engefan Construções Cívicas Ltda)

Indústria Imobiliária

João Carlos Perussolo
(Construtora San Remo Ltda)

Obras Públicas

Carlos Augusto Emery Cade
(Oros Engenharia Ltda)

Prestação de Serviços

Andre Luiz Gonçalves
(AGF System)

Meio Ambiente

Newton Borges dos Reis

Banco de Dados

Marcos Kahtalian
(Brain Bureau de Inteligência Corporativa)

CONSELHO DELIBERATIVO

Julio César de Souza Araújo Filho
(Construtora Arce Ltda)

Marcelo Azevedo Braga

(Braenge Técnicas de Engenharia Ltda)

Ramon Andres Doria
(Doria Construções Cívicas Ltda)

Erlon Donovan Rotta Ribeiro
(Construtora Andrade Ribeiro Ltda)

EX -PRESIDENTES (NATOS)

José Eugenio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)

Hamilton Pinheiro Franck (Presidente)
(H.Franck Construção Civil Ltda)

Normando Antonio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)

CONSELHO FISCAL

Sergio Gugelmin Motter
(Sermo Construções Cívicas Ltda)
Renato Cláudio Keinert Junior
(Exame Tecnologia Ltda)

Daniel do Amaral Marqueño
(Ponto BR Engenharia Ltda)

Luciano Plugge Freitas
(Cron Engenharia)

DELEGADOS REPRESENTANTES JUNTO AO CONSELHO DA FIEP

Sérgio Luiz Crema
(Amerc Construções Cívicas Ltda)

José Eugênio Souza de Bueno Gizzi
(Itaúba Incorporações e Construções)

Normando Antônio Baú
(Baucon Empreendimentos e Construções)

Gustavo Daniel Berman
(R S Engenharia e Empreendimentos
Imobiliários)

REPRESENTANTES REGIONAIS

Helmiro Roberto Bobeck - Ponta Grossa
(Construtora Rio da Prata Ltda)

Carlos Alberto de Azevedo - Paranaguá
(A.R Costa Engenharia)

Felipe Ricardo Schleder Pawlina - Guarapuava
(EPAX Construtora)

Luiz Carlos Braun - Pato Branco
(Braun Engenharia)

Ademir Antônio Schwarts - Francisco Beltrão

(Empretec Empreendimentos Técnica e
Construções Ltda)

SINDUSCONPR

Publicação do Sindicato da Indústria da
Construção Civil no Estado do Paraná

Administração:

Rua: João Viana Seiler, 116 – Parolin

Fone (41) 3051 4300

CEP 80.220.270 – Curitiba – PR

sinduscon@sindusconpr.com.br

www.sindusconpr.com.br

Edição:

Assessoria de Comunicação do Sinduscon-PR

Coordenação editorial: Conexa Comunicação

Jornalista responsável: Fabiane Ribas (DRT: PR 4004)

Edição: Waléria Pereira

Diagramação e editoração: Invente Comunicação

Impressão: Optagraf

**Confira o Informativo
do Sinduscon Paraná
na versão digital!**



Perspectivas para a indústria da construção é o tema da primeira Reunião do Sinduscon-PR

O evento será realizado no dia 5 de março, segunda-feira, às 18h30, e traz como convidado o presidente da CBIC, José Carlos Martins



No dia 5 de março, às 18h30, o Sinduscon-PR realiza a primeira reunião com associados de 2018. Para o evento, a entidade convidou o presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), José Carlos Martins, que irá explanar sobre o setor da construção civil, perspectivas, reformas e novos objetivos para o crescimento do setor.



José Carlos Martins,
presidente da CBIC.

Cenário

O Brasil está passando por algumas revoluções que devem conduzir o País para uma nova onda de crescimento. De acordo com o presidente da CBIC, José Carlos Martins, as notícias negativas divulgadas diariamente pela mídia a respeito da crise política que o País está enfrentando estão ofuscando informações importantes e impedindo que a sociedade perceba a transformação profunda pela qual o Brasil está passando.

Ele cita como exemplo o fato de o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) que em fevereiro baixou a taxa básica de juros (Selic) para 6,75% ao ano, menor patamar desde abril de 1986.

“Hoje, com este novo cenário, as instituições financeiras terão de buscar as empresas no mercado para gerar novos negócios, a fim de ampliar resultados e ter rentabilidade. Trata-se de uma mudança muito grande, principalmente para a indústria da construção, pois o investimento vai migrar do papel para o investimento produtivo”, destaca.

Reformas

José Carlos cita ainda os reflexos das Reformas estruturantes. Com a aprovação da Reforma Trabalhista há incentivo à formalidade e estímulo à produtividade, combatendo a ociosidade, que é um dos grandes gargalos dos setores produtivos.

A Reforma da Previdência que segue em andamento é uma das bandeiras do setor. “A reforma da Previdência é, inquestionavelmente, a principal reforma que o Brasil precisa para conseguir credibilidade, e é só através da credibilidade que o investimento volta”, considera Martins.

De acordo com o presidente da CBIC, um dos papéis da reforma é dar previsibilidade aos investidores e credibilidade ao País. “Se não tenho previsibilidade, não faço investimentos”, disse. Segundo ele, se o setor retomasse o nível de investimentos de 2014, o País teria 1 milhão de empregos a mais.

Associados interessados em participar devem confirmar presença pelo telefone (41) 3051-4335. A reunião será no dia 5 de março, segunda-feira, na Rua da Glória, 175, no bairro Centro Cívico, em Curitiba. Quer saber mais? Acesse o site do Sinduscon Paraná: www.sindusconpr.com.br

Reforma da Previdência: combater privilégios e restaurar a confiança no Brasil

Não é mais possível ignorar o papel estratégico que esse setor desempenhará para recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento.



Não se faz investimento sem confiança, por isso, a aprovação da reforma da Previdência é essencial para que o país dê passos mais largos na direção da recuperação.

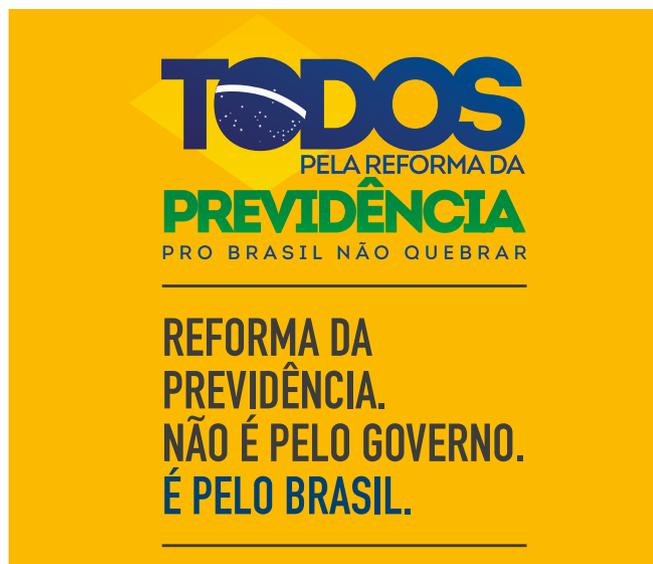
Sem confiança, previsibilidade, segurança jurídica e compromissos claros não será possível retomar o investimento e, com isso, alavancar a economia de forma sustentada, gerando empregos formais e renda para a população

A economia brasileira parou de piorar, emitindo sinais de que a crise que assola o Brasil desde 2014 começa a ser revertida. Estímulos ao consumo desencadeados em 2017, assim como o desempenho de segmentos como o agronegócio, empurraram a economia para um resultado positivo e importante, mas os desafios continuam postos.

Um crescimento sustentado e robusto não virá apenas pelo consumo, receituário com limitações conhecidas: é preciso retomar o investimento, restabelecendo o papel da iniciativa privada como indutora do desenvolvimento. Não se faz investimento sem confiança, por isso, a aprovação da reforma da Previdência é essencial para que o país dê passos mais largos na direção da recuperação.

Quais são os benefícios?

- Melhora o ambiente de negócios: além de corrigir privilégios e distorções históricas do Brasil, é uma medida que, combinada à aplicação do teto dos gastos públicos e à redução continuada das taxas de juros, criará um novo ambiente de negócios no país, restabelecendo a credibilidade necessária à retomada efetiva dos investimentos que farão a economia crescer, gerando emprego e renda para a população.
- Melhorias na Infraestrutura: possibilitará a criação de condições para a aplicação de recursos na infraestrutura, no saneamento, na mobilidade urbana e outros setores, hoje prejudicados pela incapacidade do poder público de realizar projetos estruturantes



para o país. O déficit público caiu em 2017 empurrado, também, pela forte redução no volume de investimentos: 32%. O país aplicou ou o equivalente a 0,7% do PIB, mesmo patamar realizado em 2006. No campo do investimento, o Brasil está regredindo a passos largos, num horizonte que hoje é de 12 anos e pode aprofundar-se ainda mais se as reformas, especialmente a da Previdência, não forem aprovadas agora.

- Retomada do setor da construção civil: Responsável por mais de 50% do investimento no país, a indústria da construção está numa encruzilhada: estimulada, será a nova âncora da recuperação da economia; esquecida, puxará a economia como um todo para baixo. Não é mais possível ignorar o papel estratégico que esse setor desempenhará para recolocar o Brasil na trilha do desenvolvimento. Grande gerador de emprego e renda, elo entre o cidadão e o sonho da moradia digna, tem uma vocação econômica e social que não pode ser negligenciada - é nos momentos de crise que nosso setor dá sua contribuição mais efetiva.

Pontos importantes sobre a Reforma da Previdência:

- 1) Reformar a Previdência é exigir maior seriedade com o gasto público.
- 2) A aprovação das reformas e exigência por eficiência caminham juntas. Hoje, temos um teto para o gasto público: se não mudarmos a Previdência, em pouco tempo os desembolsos com saúde, educação e segurança não mais caberão nas contas públicas. Toda a população será prejudicada, especialmente os mais pobres.
- 3) Com a vigência de um teto para o gasto público, se o crescimento exponencial da Previdência não for controlado seu custo vai consumir todos os recursos para investimento e oferta de serviços

públicos.

4) A rejeição da reforma também traz insegurança aos investidores – essa falta de confiança no Brasil fez a construção civil perder mais de 1 milhão de empregos na crise. Mais uma vez, foram os mais pobres, o trabalhador, os prejudicados. Com a reforma, a confiança será readquirida, trazendo investimento. Investimento traz empregos: só na infraestrutura poderão ser gerados de imediato 1,5 milhão de novos postos de trabalho.

5) Hoje, todos pagamos o preço do déficit da Previdência – neste momento, o preço mais barato é fazer uma reforma que permita ao Brasil readquirir confiança, criar empregos, e garantir que todos terão sua aposentadoria paga em dia para usufruir do descanso merecido no futuro.

6) As contas da Previdência têm déficit de R\$ 263 bilhões. As demais receitas da União, superávit de R\$ 82 bilhões, que ajudam a pagar esta conta. Esse dinheiro poderia estar sendo aplicado na saúde, na educação, no transporte público e na segurança pública, por exemplo.

O momento nacional exige clareza de propósitos: compromisso com o reequilíbrio das contas públicas e uma política econômica que combine o controle da inflação com juros baixos; assim como medidas para melhorar o ambiente de negócios e restaurar a confiança do investidor.

Sem confiança, previsibilidade, segurança jurídica e compromissos claros não será possível retomar o investimento e, com isso, alavancar a economia de forma sustentada, gerando empregos formais e renda para a população. A aprovação da reforma da Previdência é ingrediente decisivo nesse contexto e, por isso, a indústria da construção apoia sua aprovação.

Fonte: CBIC

Posse CVI

No dia 18 de janeiro, o Sinduscon-PR participou da posse da Câmara de Valores Imobiliários do Paraná (CVI-PR), entidade que reúne 44 imobiliárias no Paraná. O sócio diretor da Construa Assessoria Imobiliária, Azamor Carneiro, assumiu a presidência da associação para o próximo biênio no lugar antes ocupado por Márcio Danilo Favarim.

Na foto, o presidente do Sinduscon-PR, Sérgio Crema, e o diretor-executivo, Guido Campelo, ao lado do presidente eleito.



90º Enic abordará as tendências da construção sustentável para 2018 a 2020

As Comissões Técnicas da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) já definiram as pautas para o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que será realizado de 16 a 18 de maio, no Centro de Eventos Governando Luiz Henrique da Silveira, em Florianópolis (SC).

Um dos destaques da programação da Comissão de Meio Ambiente (CMA) da CBIC, que é realizada em correalização com o Senai Nacional, será o debate sobre as “Tendências da Construção Sustentável para 2018/2020”, no dia 17. Coordenado pelo presidente da CMA/CBIC, Nilson Sarti, o

painel terá como foco os Edifícios Zero-Net-Energy (Energia Zero) – Mundo e Brasil; Edifícios Saudáveis, e Cidades e Economia Compartilhada.

No mesmo dia serão apresentados os “Compromissos e Ações do setor da Indústria da Construção no Fórum Mundial da Água 2018”, e os “Cases de Negócios em torno da Gestão Eficiente da Água”. Já no dia 18/05, as apresentações e os debates serão em torno da “Legislação Ambiental e Gestão Urbana”, das “Boas Práticas em Sustentabilidade em Cidades”, e na “Gestão da Energia – Novos Cenários e Desafios”.

ABERTA A
TEMPORADA:
projeto
verão 2018

VERSÁTIL
A marca do andaime



REFORMA



LIMPEZA



PROJETO



MANUTENÇÃO



ACABAMENTO

VESTIBULAR

FAE

2018

Engenharia Civil é na FAE

O novo curso de **Engenharia Civil da FAE** é a oportunidade que você esperava para se preparar para uma carreira essencial atualmente e uma das que têm maior probabilidade de crescer com o aquecimento da economia.

Idealizada em parceria com o **Senai-PR e o Sinduscon-PR**, referências em aprendizagem industrial e no setor civil, respectivamente, a graduação da FAE conta com uma proposta inovadora: agrega o que existe de mais atual em sustentabilidade e inovação ao conhecimento técnico da área e a competências em gestão.

É formação completa para o mercado e para você empreender!

VENHA PRA FAE!



Desconto associados Sinduscon

50% na 1ª mensalidade e 10% nas próximas de todo o curso.



Novos laboratórios | Providos de modernos equipamentos para prática acadêmica.



Empregabilidade | Possibilidade de estágios em escritórios associados ao Sinduscon-PR e apoio do Núcleo de Empregabilidade FAE.



Internacionalização | Programas de mobilidade estudantil e dupla diplomação em vários países.

AINDA DÁ TEMPO!

Agende sua prova ou use a nota do Enem.

fae.edu/vestibular | E-mail: vestibular@fae.edu | Whats: (41) 99277-7200

FAE

Parceiros:



SENAI



Visitas de orientação no Canteiro de Obras

Equipe de Segurança do Trabalho do Seconci-PR presta orientações para que as empresas sigam corretamente as Normas Regulamentadoras e também as legislações vigentes.

Empresas associadas ao Seconci Paraná têm 47% menos acidentes de trabalho do que a média das empresas do setor no Paraná.



Foto: Priscilla Fiedler

Para receber a visita basta agendar previamente com o setor.

AO Seconci-PR conta com uma equipe de técnicos na área de Segurança do Trabalho que atua diariamente para que os associados recebam orientações quanto à segurança nas obras e também dos trabalhadores.

Um dos serviços oferecidos é a visita no canteiro, sem limite de obras ou período. “O principal objetivo é orientar sobre documentações, equipamentos de proteção individual e coletivos, aspectos mínimos para que se atenda as Normas Regulamentadoras, evitando acidentes e a interdição das obras por parte dos órgãos cabíveis”, ressalta o engenheiro Roberto Gubert Rocha, coordenador de Segurança do Trabalho do Seconci-PR.

O relatório elaborado após as visitas é um diagnóstico de como se encontra a obra em relação ao atendimento a todas as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente a NR-18. Os dados são confidenciais e apenas disponibilizados para a empresa contratante do serviço.

O agendamento pode ser realizado pelos telefones (41) 3051-4310 | 3051-4317 | 3051-4320 ou pelo e-mail: ppp@sindusconpr.com.br

As visitas técnicas de segurança do trabalho são disponibilizadas para o Município de Curitiba e Região Metropolitana, conforme estabelecido no convênio PSS. O valor de cada visita é de R\$34,11 (trinta e quatro reais e onze centavos), contemplando deslocamento e emissão de relatório de visita encaminhado via e-mail.

Oportunidade de atualização: Mestrado Lactec/IEP abre nova turma

Com ênfase nas necessidades do mercado, todo o programa é voltado para a busca de soluções em inovação.



No dia 3 de fevereiro, ocorreu a aula Inaugural da 13ª turma (2018-2020) do Mestrado Profissional em Desenvolvimento de Tecnologia, dos Institutos Lactec, que é desenvolvido em parceria com o Instituto de Engenharia do Paraná (IEP).

O presidente do IEP, José Rodolfo de Lacerda, ressaltou que o Lactec é hoje uma referência entre os institutos de pesquisa existentes no país e no mundo, oferecendo o que há de mais avançado em laboratório de pesquisa e inovação, nos mais variados campos que fazem intersecção com a engenharia, tendo como clientes importantes players da iniciativa privada, especialmente no ramo automobilístico, e setor público estadual e federal, a exemplo das sociedades de economia mista como Petrobras, Eletrobrás e Copel.

O Programa de Pós-Graduação Mestrado (Stricto Sensu) em Desenvolvimento de Tecnologia é altamente recomendado pela CAPES e proporciona aos mestrandos a formação, capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos de alto nível, com sólidos conhecimentos científicos e tecnológicos, em uma das Instituições de Pesquisa mais renomadas do Brasil.

O programa é interdisciplinar e está dividido em quatro

linhas de concentração: Geração e Transferência de Tecnologia (GTT); Meio Ambiente e Desenvolvimento (MAD); Sistemas Energéticos – Convencionais e Alternativos (Seca) e Tecnologia de Materiais (TM), conforme explicou o professor Lucio de Medeiros, coordenador do Mestrado Profissional do Lactec, que recepcionou alunos de formações diversas, tanto da área de exatas como humanas.

Com ênfase nas necessidades do mercado, todo o programa é voltado para a busca de soluções em inovação, atendendo demandas práticas do exercício da profissão dos mestrandos, que precisam compatibilizar suas atividades profissionais com os ensinamentos do curso.



José Rodolfo de Lacerda,
presidente do IEP.

O mestrado profissional contabiliza inúmeros casos de sucesso, tendo dissertações e publicações reconhecidas com prêmios nacionais e internacionais. Faz parte de um conjunto de ações, projetos de pesquisa e soluções de inovação para o mercado, que vem ao longo dos anos contribuindo com o desenvolvimento econômico, científico e social do país.

Seconci Paraná agora conta com Assistente Social

O braço social do Sinduscon Paraná oferece uma série de serviços aos empresários do setor



previamente um horário pelo telefone (41) 3051-4355 ou e-mail: assistentesocial@sindusconpr.com.br.

A assistente social, Elisângela Duran, atende duas vezes por semana os trabalhadores, Terça-feira e quinta-feira, das 14h00 às 16h30.

Conheça a atuação do setor

ATENDIMENTO AO TRABALHADOR:

- Oferecer informações e encaminhamentos a grupos de ajuda mútua em relação a alcoolismo, drogas e outros;
- Abordagens na importância na continuação dos tratamentos com os medi-

camentos prescritos, avaliar as dificuldades individuais nos casos de não uso dos medicamentos prescritos;

- Orientação quanto ao atendimento e marcação através do Sistema Único de Saúde – SUS, em casos de cirurgias e atendimentos que não são feitos pelo Seconci Paraná;
- Orientação aos trabalhadores PCD (Pessoas com Deficiência).

ATENDIMENTO PARA AS EMPRESAS:

- Oferecer acompanhamento aos trabalhadores afastados;
- Orientação às empresas na contratação de PCD (Pessoas com Deficiência).

Os associados do Seconci Paraná acabam de ganhar um novo serviço que será oferecido aos empresários e trabalhadores de empresas associadas.

A entidade contratou uma Assistente Social que irá contribuir para o acesso dos trabalhadores às informações sobre benefícios socioassistenciais, trabalho, educação, saúde e cidadania, e também irá atuar na orientação de empresários.

O Serviço Social funciona na sede do Seconci (na Rua João Viana Seiler, 116, no bairro Parolin). Para atendimento aos trabalhadores, é necessário que a empresa agende

Se a sua empresa ainda não é associada, conheça as vantagens e faça parte do Seconci Paraná. Informações: (41) 3051-4366.

Lei de Terceirizações e a apropriação de créditos no regime não-cumulativo do PIS/COFINS

Questões são abordadas pelo advogado e consultor jurídico do Sinduscon-PR, Leonardo Sperb de Paola

Empresas que operam no ramo de venda de imóveis, incorporados ou não, optantes pelo regime não-cumulativo de apuração do PIS/COFINS, sempre enfrentaram dificuldades junto à Receita Federal no reconhecimento de créditos gerados na contratação ou subcontratação de atividades de empreitada/subempreitada. Isso em razão de ora se entender que se tratava de atividade-meio, não enquadrável como insumo, ora de atividade-fim, cuja terceirização seria inválida. Nesse sentido, por exemplo, entendimento veiculado na solução de consulta n. 195/13, da 8ª SRRF. Mas, a partir da entrada em vigor da lei de terceirizações (Lei 13.429, de 31.03.17), esse quadro muda radicalmente, uma vez que caíram as barreiras à terceirização de atividade-fim (já se admitia anteriormente a da atividade-meio).

Deveras, a Lei 13.429 validou de forma geral a terceirização de mão-de-obra, tanto para atividades-meio (o que já se aceitava), como para atividades-fim (o que não era admitido pela Justiça do Trabalho). Isso traz reflexos na área tributária, pois, se a contratação passou a ser legal, o reconhecimento do custo ou despesa correspondente, para todos os efeitos fiscais, deixa de ser questionável.

Diante disso, não há mais dúvidas que os pagamentos realizados, na edificação do imóvel a ser vendido pelo próprio tomador dos serviços, em favor de empreiteiras, subempreiteiras e prestadores de serviços diversos (eletricistas, encanadores, gesseiros ...), desde que constituídos como pessoas jurídicas (sociedades ou empresas individuais), e mesmo que optantes, como micro ou pequenas empresas, pelo Simples Nacional (Ato Declaratório Interpretativo RFB 15/07), geram créditos para as empresas de compra e venda e incorporação de imóveis, quando estão enquadradas no regime não-

cumulativo, ou seja, nos casos em que não são optantes pelo apuração de lucro presumido ou pelo regime especial de tributação - RET. É que todos essas situações se qualificam como "serviços utilizados como insumos". Mas, atenção, continuam NÃO gerando créditos os pagamentos realizados diretamente em favor de pessoas físicas (art. 3º, § 2º, da Lei 10.833), quer dizer, que não possuem CNPJ.

Quanto às as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, que não se confundem, obviamente, com as receitas de venda de imóveis, elas continuam sujeitas ao regime cumulativo de PIS/COFINS (Lei 9.718 ou, quando aplicável, RET), por expressamente excepcionadas da não-cumulatividade no art. 10, XX, da Lei 10.833.

Resta dizer que continua pairando no ar proposta governamental no sentido de ampliar o regime não-cumulativo e, em contrapartida, eliminar o cumulativo. Embora ainda não tenha sido apresentado projeto de lei nessa linha, é preciso acompanhar a discussão com muita cautela, pois, assim como sucedeu na introdução originária do regime não-cumulativo pelas Leis 10.637 (PIS) e 10.833 (COFINS), essa ampliação poderia ser um presente de grego, pois viria com um acréscimo desproporcional das alíquotas dessas contribuições, gerando, no final de contas, um efetivo aumento de carga tributária. O ideal é que esse tema não seja tratado isoladamente, mas no quadro mais geral de criação de um imposto sobre o valor agregado.

Leonardo Sperb de Paola

Advogado, sócio de De Paola & Panasolo – Sociedade de Advogados, consultor jurídico do Sinduscon-PR.

Mais benefícios para empresas e para os trabalhadores

Medicina Assistencial

Exames Periódicos
Programas Sociais
Atendimento Odontológico

Medicina Ocupacional

Programas Educativos
Saúde e Segurança
do Trabalho



Faça parte do Seconci Paraná!
(41) 3051-4313 (41) 9 9617-1104



*Serviço Social do Sindicato da Indústria
da Construção Civil no Estado do Paraná*